

Demonstrações financeiras

Mata Grande Transmissora S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Mata Grande Transmissora S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



Shape the future
with confidence

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Mata Grande Transmissora S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mata Grande Transmissora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



**Shape the future
with confidence**

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



**Shape the future
with confidence**

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Pia Leocádia de Avellar Peralta', is written over the text of the auditor's name and registration number.

Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contadora CRC RJ-101080/O

Mata Grande Transmissora S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.826	449
Disponibilidade da rede elétrica	5	1.345	1.214
Impostos a recuperar		147	146
Ativo de contrato	6	10.847	9.157
Outros ativos		1.412	1.722
Total do ativo circulante		16.577	12.688
Não circulante			
Ativo de contrato	6	90.938	86.824
Depósitos caução	9	1.275	1.167
Depósitos judiciais	11	2.146	2.062
Outros ativos		45	-
Imobilizado		71	19
Intangível		456	464
Total do ativo não circulante		94.931	90.536
Total do ativo		111.508	103.224
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	7	1.187	1.187
Financiamentos	9	1.517	1.370
Impostos a recolher		263	1.455
Parcela de ajuste		436	408
Provisões	11	2.049	2.049
Outros passivos		125	119
Total do passivo circulante		5.577	6.588
Não circulante			
Financiamentos	9	42.298	43.738
Provisões	11	5.982	5.644
Impostos diferidos	10	6.850	6.459
Outros passivos		114	75
Total do passivo não circulante		55.244	55.916
Patrimônio líquido			
Capital social	12	69.636	69.636
Prejuízos acumulados	12	(18.949)	(28.916)
Total do patrimônio líquido		50.687	40.720
Total do passivo e do patrimônio líquido		111.508	103.224

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mata Grande Transmissora S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	13	16.640	11.305
Custos de operação	14	(1.372)	(4.958)
Lucro bruto		15.268	6.347
Despesas e receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	15	(677)	(2.070)
Outras despesas e receitas operacionais	15	-	(24.335)
Total das despesas e receitas operacionais		(677)	(26.405)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		14.591	(20.058)
Despesas financeiras	16	(4.402)	(6.276)
Receitas financeiras	16	425	765
Resultado financeiro		(3.977)	(5.511)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		10.614	(25.569)
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(468)	(479)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	(179)	710
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		9.967	(25.338)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mata Grande Transmissora S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	9.967	(25.338)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de tributos	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>9.967</u>	<u>(25.338)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mata Grande Transmissora S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		60.330	(3.578)	56.752
Aumento de capital	12.1	9.306	-	9.306
Prejuízo do exercício		-	(25.338)	(25.338)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		69.636	(28.916)	40.720
Lucro líquido do exercício		-	9.967	9.967
Saldos em 31 de dezembro de 2025		69.636	(18.949)	50.687

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mata Grande Transmissora S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		10.614	(25.569)
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>			
Juros sobre empréstimos – partes relacionadas		-	3.118
Juros sobre financiamentos e amortização do custo de transação	16	2.810	1.689
Provisão (reversão) de contingências		(513)	1.396
Atualizações monetárias de provisões para contingências		957	902
Atualizações monetárias e AVP sobre provisões de licenças ambientais		48	79
Provisão para Parcela Variável por Indisponibilidade – PVI		58	1.357
Atualizações monetárias sobre caução e depósitos judiciais		(291)	(243)
Remuneração do ativo de contrato	13	(15.043)	(11.087)
Mudança da taxa de desconto do ativo de contrato		-	25.258
PIS e COFINS diferidos		212	(841)
Amortização do intangível		8	-
Lucro ajustado		(1.140)	(3.941)
Variações dos ativos e passivos operacionais			
Disponibilidade da rede elétrica		(131)	(182)
Depósitos caução e judiciais		99	126
Impostos a recuperar		(1)	(1)
Ativo de contrato		9.239	8.868
Outros ativos		265	3.472
Fornecedores		-	119
Impostos a recolher		(1.210)	959
Parcela de ajuste		28	138
Provisões		(212)	-
Outros passivos		45	(116)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		6.982	9.442
Juros pagos de empréstimos - partes relacionadas		-	(12.512)
Juros pagos sobre financiamentos	9	(2.773)	(1.518)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(450)	(208)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		3.759	(4.796)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado e intangível		(52)	(1)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(52)	(1)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de financiamento, líquido do custo de transação		-	45.640
Pagamento de financiamentos - principal	9	(1.330)	(703)
Aplicações em depósitos vinculados a financiamentos	9	-	(1.119)
Pagamento de empréstimos - partes relacionadas		-	(44.694)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(1.330)	(876)
Aumento (redução) líquido(a) do caixa e equivalentes de caixa		2.377	(5.673)
Varição do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		449	6.122
No final do exercício		2.826	449
Aumento (redução) líquido(a) do caixa e equivalentes de caixa		2.377	(5.673)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mata Grande Transmissora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Mata Grande Transmissora S.A. (“Companhia”), concessionária de serviço público de energia elétrica, integral da Edify Empreendimentos e Participações S.A. (Edify ou controladora), foi constituída em 13 de agosto de 2018 com sede no município de São Paulo, no Estado do São Paulo. A Companhia tem como objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, incluindo a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão.

Em 1º de agosto de 2022 a Companhia concluiu as etapas necessárias para a energização e integração ao Sistema Interligado Nacional - SIN do trecho final do Lote 18 da linha de transmissão de energia, referente a 113 km de Linha de Transmissão LT 230kV Imperatriz - Porto Franco - MA. A entrada em operação comercial da linha representou na data uma RAP de R\$10.145.

2. Concessão

A Companhia arrematou o lote 18 no leilão de transmissão nº 02/18, ocorrido em 28 de junho de 2018 realizado pela ANEEL. O lote é composto pela linha de transmissão Imperatriz - Porto Franco, em 230kV, circuito simples, segundo circuito, com origem na Subestação Imperatriz e término na Subestação Porto Franco localizado no estado do Maranhão.

Em 20 de setembro de 2018, a Companhia assinou junto à União o Contrato de Concessão nº 29/2018 com as seguintes características:

Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da linha	Início	Término	Prorrogação
113 km	Serviço Público	Concessão	MA	LT 230kV	20/09/2018	20/09/2048	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

2.1. Receita Anual Permitida - RAP

Contrato de Concessão estabelece que a Companhia, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP original, conforme Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 02/18, a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

Mata Grande Transmissora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios e a regulamentação específica. Além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede.

Conforme a Resolução Homologatória - REH nº 3.348 (Reajuste Tarifário Anual), foi estabelecida a RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026, com impacto total na RAP da Companhia de 5,32% (2,99% em 2024), fazendo com que a RAP passasse a totalizar R\$11.436 (R\$10.859 no período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025).

2.2. Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

3. Base de preparação

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

A Companhia avaliou a capacidade de continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Mata Grande Transmissora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 10 de abril de 2026.

3.2. Políticas contábeis

As políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

3.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção de determinados ativos e passivos financeiros, que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 18.1.2.

3.4. Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota explicativa nº 3.6.

As principais estimativas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise da redução ao valor recuperável (nota explicativa nº 3.6); Contabilização, reconhecimento e taxa de desconto do Ativo de contrato (nota explicativa nº 6); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (nota explicativa nº 18.1).

3.5. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$) e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Mata Grande Transmissora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.6. Redução ao valor recuperável

A Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativos financeiros e contratuais

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativos não financeiros

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

Mata Grande Transmissora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.7. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

a) Adoção de novas normas e interpretações

As principais normas e alterações aplicáveis para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 estão demonstradas a seguir:

- Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade;
- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

As alterações acima não geraram impactos sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

b) Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1/CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas.

Mata Grande Transmissora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7/CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

- O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades conexas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.

Atualmente a Companhia está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras, particularmente com relação nova estrutura da demonstração do resultado da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais das medidas de desempenho.

As seguintes normas e interpretações novas e alteradas não geram impactos para a Companhia:

- IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações;
- Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros;
- Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11.

Mata Grande Transmissora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Bancos conta movimento	285	449
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	2.541	-
Total	2.826	449

Os saldos de caixa e equivalentes representam recursos de curtíssimo prazo utilizados para gestão do fluxo operacional diário da Companhia, sendo naturalmente variáveis em função do ciclo de pagamentos e recebimentos. As aplicações financeiras referem-se a investimentos lastreados Certificado de Depósito Bancário - CDB remunerados à taxa média de 100% do CDI (100% do CDI em 31 de dezembro de 2024), com alta liquidez e pronta conversibilidade em montante conhecido de caixa, sujeitas a risco insignificante de variação de valor.

Os ganhos ou perdas decorrentes de variações desses ativos são apresentados na demonstração do resultado em resultado financeiro no exercício em que ocorrem (nota explicativa nº 16).

5. Disponibilidade da rede elétrica

O saldo de Disponibilidade da rede elétrica, em sua totalidade, refere-se ao faturamento de RAP, que remunera o investimento na Linha de Transmissão e os serviços de Operação e Manutenção.

Os saldos são substancialmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Disponibilidade da rede elétrica e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (“PECLD”), para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Companhia efetuou a análise individualizada dos títulos vencidos, considerando os normativos contábeis e regulamentações setoriais vigentes, a inexistência de histórico relevante de perdas e a expectativa de recebimento dos valores em aberto; e concluiu que não há perdas de créditos esperadas relevantes, que requeiram o complemento da provisão constituída.

Mata Grande Transmissora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Concessionárias	1.479	1.348
(-) PECLD	(134)	(134)
Total	<u>1.345</u>	<u>1.214</u>

5.1. Vencimentos

	<u>2025</u>
A vencer	896
Vencidos até 90 dias	77
Vencidos de 91 a 180 dias	43
Vencidos de 181 a 360 dias	38
Vencidos há mais de 360 dias	425
Total	<u>1.479</u>

6. Ativo de contrato

De acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) e com a interpretação técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) - Contratos de Concessão, os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente.

A Companhia é remunerada por meio da RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada dos usuários da Rede Básica, que é composta por uma parcela que remunera o Ativo de contrato constituído (investimento realizado nas construções das instalações de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão.

O modelo estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do pronunciamento técnico CPC 47. Nesse sentido, a Companhia reconhece receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcionalmente ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de "ativo de contrato" até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque a Companhia ainda detém obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M.

Mata Grande Transmissora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A formação do Ativo de contrato das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela Companhia apresentadas na nota explicativa nº 13.

A movimentação no exercício é a seguinte:

	2024	Remuneração	Faturamento de RAP	2025
Ativo de contrato	95.981	15.043	(9.239)	101.785
Total	95.981	15.043	(9.239)	101.785
Circulante	9.157			10.847
Não circulante	86.824			90.938

O aumento da remuneração do ativo de contrato na comparação entre os exercícios de 2024 e 2025 decorre, principalmente, da atualização da curva de inflação futura considerada na mensuração dos fluxos de caixa projetados da RAP.

	2023	Remuneração	Faturamento de RAP	Mudança de taxa de desconto (i)	2024
Ativo de contrato	119.020	11.087	(8.868)	(25.258)	95.981
Total	119.020	11.087	(8.868)	(25.258)	95.981
Circulante	6.397				9.157
Não circulante	112.623				86.824

(i) Mudança de taxa de desconto

A Companhia aplica a taxa implícita para fins de determinação da taxa de remuneração do ativo de contrato. Segundo, o pronunciamento técnico CPC 47, após o início do contrato, a entidade não deve atualizar a taxa de desconto para refletir alterações nas taxas de juros ou outras circunstâncias. Apenas em certas situações excepcionais, como a que é adotada numa renegociação de dívida em que novos termos são estabelecidos, o ajuste a valor presente deve ser aplicado como se fosse nova medição de ativos e passivos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, após a mudança no controle societário descrito na nota explicativa nº 1.1, a Companhia revisou a taxa aplicada ao ativo de contrato, alterando a metodologia de cálculo anteriormente adotada. A taxa de remuneração para exercício de 2024 passou a ser de 11,82% a.a., em comparação com 5,24% a.a. no exercício de 2023.

Esta nova taxa foi ajustada para refletir de maneira mais precisa as condições de mercado, alinhando-a ao valor observado no leilão das concessões, ao invés de ser baseada apenas no custo de captação de dívida, como feito durante o ano de 2023. Essa revisão teve o objetivo de proporcionar uma avaliação mais realista e refletir com maior precisão a rentabilidade do projeto. Por se tratar de uma mudança de estimativa, foi efetuada de maneira prospectiva.

Mata Grande Transmissora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de contas a pagar aos fornecedores, no montante de R\$1.187 (R\$1.187 em 31 de dezembro de 2024), se refere a obrigações a pagar por aquisição de serviços, materiais ou bens para as operações da Companhia, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

A Companhia não realiza acordos de financiamento de fornecedores (risco sacado, forfait etc.).

8. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos e as transações realizadas pela Companhia com sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas, que impactaram o resultado do exercício, estão apresentados a seguir:

8.1. Serviços compartilhados

Companhia	Relacionamento	2025		
		Ativo Outros ativos	Passivo Outros passivos	Resultado Receitas / (Despesas)
Edify Empreendimentos e Participações S.A.	Controladora	587	-	-
Transmissora SP-MG S.A.	Controle comum	-	-	800
Astic IE Participações S.A.	Outras partes relacionadas	-	1	(21)
HRZ Transmissão e Participações S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	(9)
Horizon Transmissão MA I S.A.	Outras partes relacionadas	-	37	(287)
Aliança Transmissora de Energia S.A.	Mesmo grupo econômico	-	-	5
SE Vineyards Transmissora de Energia S.A.	Mesmo grupo econômico	-	-	1
		587	38	489

Companhia	Relacionamento	2024		
		Ativo Outros ativos	Passivo Outros passivos	Resultado Receitas / (Despesas)
Edify Empreendimentos e Participações S.A.	Controladora	587	-	-
Horizon Transmissão MA I S.A.	Outras partes relacionadas	-	15	(108)
HRZ Transmissão e Participações S.A.	Outras partes relacionadas	-	1	(16)
Astic IE Participações S.A.	Outras partes relacionadas	-	2	(11)
		587	18	(135)

Mata Grande Transmissora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia é parte de um acordo de compartilhamento de gastos que contempla sua controladora, entidades sob controle comum e outras partes relacionadas (As entidades compartilham membros do pessoal-chave da administração, possuem interdependência operacional e realizam transações relevantes entre si). Estes gastos estão relacionados à manutenção da estrutura administrativa de suporte às suas atividades principais, compreendendo:

- **Infraestrutura administrativa:** conjunto de bens móveis e imóveis que possam ser compartilhados entre diferentes companhias, tais como sistemas de informática e telefonia, terrenos e edificações, bem como facilidades acessórias a ele;
- **Recursos Humanos:** profissionais ligados à execução dos processos compartilhados, para a congregação de esforços, visando à administração mais eficiente e racional de todas as partes;
- **Operação:** atividades e bens compartilhados entre as partes e que não sejam Infraestrutura ou Recursos Humanos.

O compartilhamento é realizado com base em critérios de alocação dos custos e despesas, de modo a distribuí-los de forma proporcional e comutativa entre as partes.

Todas as transações ocorrem no curso normal dos negócios, sem acréscimo que qualquer margem de lucro.

8.2. Remuneração dos administradores

A remuneração da Administração da Companhia é paga pela Horizon Transmissão MA I S.A., que faz parte do mesmo grupo econômico, e são repassadas para as demais empresas através de compartilhamento de custos.

Não há nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, ou outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. Também não são oferecidos outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

O pessoal-chave da administração inclui os diretores, os conselheiros e os membros do comitê financeiro. A remuneração registrada no resultado do exercício da Companhia, está apresentada a seguir:

Mata Grande Transmissora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Administradores	2025
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	141
Benefícios dos administradores	9
Total	150

8.3. Empréstimos de partes relacionadas

	Duração	Resultado	
		2025	2024
EDP – Energias do Brasil S.A.	11/08/2022 a 10/08/2024	-	(3.118)
		-	(3.118)

Em 11 de agosto de 2022, a Companhia firmou contrato de mútuo com a EDP – Energias do Brasil S.A. (antiga controladora da Companhia), no montante de R\$60.000, do qual houve liberação de R\$54.000, com prazo de vencimento de 24 meses, vencendo, portanto, em 10 de agosto de 2024. Sobre o valor total liberado, incidiam juros remuneratórios correspondentes a 100,3% do CDI, que foram pagos em conjunto com o valor principal.

	Valor líquido em 31/12/2023	Juros provisionados	Pagamentos	Aumento de capital (nota 12.1)	Valor líquido em 31/12/2024
Circulante					
Principal	54.000	-	(44.694)	(9.306)	-
Juros	9.394	3.118	(12.512)	-	-
Total	63.394	3.118	(57.206)	(9.306)	-

9. Financiamentos

Os financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os saldos e as principais características estão descritos nas tabelas abaixo.

Instituição / Credor	Spread % a.a.	Sistemática de amortização	Finalidade	Adimplente?	Data Captação	Garantias	Indexador	Frequência de pagamento de juros/ amortização	Vencimento final
Banco do Nordeste do Brasil ("BNB")	IPCA + 1,4805% a.a.	SAC	Financiamento da infraestrutura	Sim	17/05/2024	Fiança Bancária e Cessão fiduciária de aplicação financeira	IPCA	Mensal	mar/40

Em 5 de março de 2020, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., no montante de R\$59.906. A liberação do financiamento em questão ocorreu, parcialmente, em 17 de maio de 2024, no montante de R\$ 46.940.

Mata Grande Transmissora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O objetivo desta captação foi para implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 18 do leilão 02/2018 - ANEEL.

Garantias

- Fiança bancária: a Companhia possui carta fiança contratada, no valor total da dívida, correspondente a R\$44.893.
- Cessão fiduciária de aplicação financeira: os saldos referentes a conta corrente de depósitos vinculados (“conta-reserva”) e respectivas aplicações financeiras foram vinculados e cedidos fiduciariamente ao BNB; e estão classificados como “Depósitos caução”.

A seguir está apresentada a movimentação no exercício:

	2024	Rendimento	IRRF	2025
BNB	1.167	134	(26)	1.275
Total	1.167	134	(26)	1.275

	2023	Adição	Rendimento	2025
BNB	-	1.119	48	1.167
Total	-	1.119	48	1.167

Covenants

O financiamento em questão não está sujeito a cláusulas de *covenants* financeiros.

Entretanto, a Companhia está sujeita a determinadas obrigações contratuais não financeiras.

Abaixo, detalhamos as principais obrigações:

- não sofrer protestos, em valor global, superior a R\$ 5.000;
- não deixar de recompor, nos prazos e condições contratuais, os fundos de liquidez;
- não utilizar os bens e serviços adquiridos com os recursos do financiamento em finalidade distinta da finalidade do empreendimento financiado.

Todas as exigências e cláusulas não financeiras restritivas estipuladas no contrato estão sendo cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2025.

Mata Grande Transmissora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.1. Composição do saldo de financiamentos

	2025		
	Circulante	Não circulante	Total
Principal	1.523	43.384	44.907
Juros	76	-	76
Custo de transação	(82)	(1.086)	(1.168)
Total	1.517	42.298	43.815

	2024		
	Circulante	Não circulante	Total
Principal	1.331	44.906	46.237
Juros	121	-	121
Custo de transação	(82)	(1.168)	(1.250)
Total	1.370	43.738	45.108

9.2. Movimentação dos financiamentos

	Valor líquido em 31/12/2024	Juros provisionados	Pagamentos	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2025
Principal	46.237	-	(1.330)	-	44.907
Juros	121	2.728	(2.773)	-	76
Custo de transação	(1.250)	-	-	82	(1.168)
Total	45.108	2.728	(4.103)	82	43.815

	Valor líquido em 31/12/2023	Adições	Juros provisionados	Pagamentos	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2024
Principal	-	46.940	-	(703)	-	46.237
Juros	-	-	1.639	(1.518)	-	121
Custo de transação	-	(1.300)	-	-	50	(1.250)
Total	-	45.640	1.639	(2.221)	50	45.108

Mata Grande Transmissora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.3. Vencimento das parcelas

Não circulante	2025
2027	1.733
2028	1.934
2029	2.163
2030	2.415
2031	2.649
2032 até o vencimento	32.490
Total	43.384

Os valores apresentados no quadro acima, não contemplam os custos de transação.

10. Tributos diferidos

	2025	2024
PIS e COFINS / Tributos diferidos indiretos	3.715	3.503
Imposto de renda e contribuição social	3.135	2.956
Total	6.850	6.459

10.1. PIS e COFINS

Refere-se aa PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita com alíquota de 3,65% (Lucro Presumido, regime cumulativo).

O saldo de PIS e da COFINS diferido está relacionado às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de contrato, o qual é registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida que ocorrem os faturamentos mensais, conforme previsto na Lei nº 12.973/14.

	2025		2024	
	PIS	COFINS	PIS	COFINS
Natureza dos créditos				
Ativo de contrato	101.785	101.785	95.981	95.981
Impostos diferidos (PIS 0,65%% e COFINS 3%)	662	3.054	624	2.879

Mata Grande Transmissora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.2. Tributos diferidos indiretos

Em decorrência da Reforma Tributária (Emenda Constitucional nº 132/2023 e Lei Complementar nº 214/2025), o PIS e a COFINS serão extintos a partir de 1º de janeiro de 2027 e substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Até que seja definida a alíquota efetiva da CBS, a Companhia manterá o tratamento atual dos tributos diferidos, classificando integralmente o saldo de PIS e COFINS do passivo não circulante como Outros tributos diferidos indiretos. A Companhia avalia que a extinção do PIS e da COFINS deverá gerar impactos no ativo de contrato e no passivo de tributos diferidos, condicionados à consolidação do entendimento regulatório, inclusive pela ANEEL, bem como ao atendimento dos critérios contábeis de reconhecimento e mensuração previstos nas normas vigentes.

10.3. Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre a receita bruta considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do pronunciamento técnico CPC 32. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 32.

Natureza dos créditos	2025		2024	
	IRPJ Diferido	CSLL Diferido	IRPJ Diferido	CSLL Diferido
Ativo de contrato	101.785	101.785	95.981	95.981
Base de presunção (IRPJ 8% e CSLL 12%)	8.143	12.214	7.678	11.518
Impostos diferidos	2.036	1.099	1.919	1.037

O montante devedor de R\$179 foi registrado no resultado do exercício na rubrica imposto de renda e contribuição social diferidos (R\$710 credor em 31 de dezembro de 2024).

Mata Grande Transmissora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Provisões e depósitos judiciais

	Depósitos judiciais		Provisões			
	Ativo		Passivo			
	Não circulante		Circulante		Não circulante	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Contingências cíveis e trabalhistas	2.146	2.062	-	-	5.982	5.538
Licenças ambientais	-	-	634	692	-	106
Provisão de parcela variável	-	-	1.415	1.357	-	-
Total	2.146	2.062	2.049	2.049	5.982	5.644

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

Os depósitos judiciais estão atrelados aos processos de desapropriação referente a construção da linha de transmissão.

11.1. Provisões para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.

As obrigações são mensuradas pelo desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

1.1.1. Risco de perda provável

A Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Cíveis	Trabalhista	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.405	133	5.538
Constituição	79	1.007	1.086
Baixas/reversão	(566)	(1.033)	(1.599)
Atualização monetária	892	65	957
Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.810	172	5.982

Mata Grande Transmissora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Cíveis	Trabalhista	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.136	104	3.240
Constituição	1381	43	1424
Baixas/reversão	-	(28)	(28)
Atualização monetária	888	14	902
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.405	133	5.538

As contingências cíveis referem-se, em sua totalidade, a processos relativos a indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para a construção da linha de transmissão.

1.1.2. Risco de perda possível

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui processos de natureza cível no montante de R\$ 19 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024), cuja probabilidade de perda foi classificada como possível. Esses processos são periodicamente reavaliados e não requerem a constituição de provisão.

11.2. Licenças ambientais

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação.

O saldo desta provisão é reconhecido em contrapartida do Ativo de contrato, pela melhor estimativa, e atualizado monetariamente com base no IPCA. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 8,95% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Mata Grande Transmissora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício:

	Saldo em 31/12/2024	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2025
Circulante	692	(212)	36	(117)	1	634
Não circulante	106	-	3	117	8	-
Total	798	(212)	39	-	9	634

	Saldo em 31/12/2023	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2024
Circulante	453	-	29	204	6	692
Não circulante	266	-	11	(204)	33	106
Total	719	-	40	-	39	798

11.3. Parcela Variável por Indisponibilidade - PVI

Em 11 de outubro de 2024, ocorreu um incidente grave na linha de transmissão de 230 kV, situada entre os municípios de Imperatriz e Porto Franco-MA; no qual duas torres de transmissão desabaram devido a danos em seus cabos de sustentação, resultando em uma falha permanente e consequentemente na queda de energia.

A Companhia, através de uma ação rápida e coordenada reparou os danos e restabeleceu a transmissão de energia em 15 de outubro de 2024, minimizando o impacto do incidente.

As evidências identificadas no local sugerem fortemente que os cabos de sustentação das duas torres foram cortados intencionalmente, ou seja, há suspeitas de ser um ato de sabotagem.

Considerando as características do incidente, a Companhia classificou-o como “Caso Fortuito ou Força Maior” sob o acordo de concessão e notificou o Operador Nacional do Sistema (ONS). Com isso, a Companhia pode ser elegível a uma franquia regulatória de 180 horas, estendendo o prazo de restauração até 19 de outubro de 2024; sendo este um período em que não haveria incidência de parcela variável por indisponibilidade (“PVI”).

Apesar deste contexto, o evento é passível de cobrança de PVI, portanto, a Companhia procedeu ao registro de provisão no valor de R\$ 1.357 em 31 de dezembro de 2024, correspondente ao limite de 15,3% da RAP da concessão. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.415.

Em 2024 a Companhia contratou uma assessoria jurídica especializada para apoiar na elaboração da defesa, buscando uma isenção da acusação de PVI.

Em março de 2026, foi indeferida a medida liminar que visava suspender o desconto da PVI. Consequentemente, estima-se que os descontos na receita sejam realizados em 3 parcelas mensais, a partir de março de 2026. O processo administrativo permanece em andamento.

Mata Grande Transmissora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, é de R\$69.636, representado por 69.635.974 ações, integralmente detidas pela Edify Empreendimentos e Participações S.A.

Em 28 de maio de 2024, a EDP – Energias do Brasil S.A. (antiga controladora da Empresa) aprovou o aumento de capital social da Empresa em R\$9.306, com emissão de 9.306.104 novas quotas, mediante a capitalização de crédito proveniente de contrato de mútuo existente entre a Empresa e sua sócia.

13. Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas da Companhia representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir:

Receita de construção da Infraestrutura de construção

A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao Ativo de contrato conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida ao Ativo de contrato, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

A referida margem é estimada pela Companhia levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado pela Companhia e suas possíveis eficiências, considerando o prazo regulatório para entrega da obra. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término da Linha de Transmissão são reconhecidas no resultado do exercício da efetiva antecipação comercial autorizada pela ANEEL.

Mata Grande Transmissora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme o modelo praticado pela Companhia, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão.

Receita de Operação e Manutenção (O&M)

A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data em que a Companhia está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão e na expectativa de performance de O&M.

Remuneração do Ativo de contrato

O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 47, a remuneração do ativo de contrato é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo do Ativo de contrato.

O ofício-circular SEP nº 04/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento.

A taxa de remuneração do Ativo de contrato da Companhia para o exercício de 2024 passou a ser de 11,82% a.a., em comparação com 5,82% a.a. no exercício de 2023, e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento da Companhia, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos.

Maiores detalhes sobre alteração da taxa de remuneração estão apresentados na nota explicativa nº 6.

Mata Grande Transmissora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador.

	2025	2024
Receita de construção da Infraestrutura da Concessão	-	32
Remuneração do ativo de contrato	15.043	11.087
Receita de Operação e Manutenção (O&M)	1.550	1.557
Parcela Variável por Indisponibilidade – PVI (nota explicativa nº 13.4)	-	(1.357)
Parcela de ajuste	(28)	(138)
Receita CDE	863	754
Receita operacional bruta	17.428	11.935
(-) Deduções à receita operacional		
Tributos sobre a receita		
PIS e COFINS	(637)	(472)
Encargos do consumidor		
P&D	(110)	(101)
Outros encargos	(41)	(57)
	(151)	(158)
	(788)	(630)
Receita operacional líquida	16.640	11.305

14. Custo de operação

	2025	2024
Serviços de terceiros (i)	(960)	(4.115)
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	(10)	(358)
Material	(2)	(101)
Arrendamentos e aluguéis	(166)	(303)
Locação de equipamentos	(204)	-
Outras	(30)	(81)
Total	(1.372)	(4.958)

- (i) Em 2024 há impacto de custos com manutenção relacionados ao colapso de 2 torres (nota explicativa nº 11.3).

Mata Grande Transmissora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Despesas e receitas operacionais

As despesas e receitas operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Segue abaixo o detalhamento das despesas e receitas operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 26 (R1):

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Serviços de terceiros	(478)	(356)
Serviços compartilhados - partes relacionadas	(303)	(122)
Pessoal, Administradores e entidade de previdência privada	(13)	(55)
Provisões cíveis e trabalhistas	437	(1.442)
Impacto da mudança da taxa de desconto do ativo de contrato, líquida dos impactos tributários (nota explicativa nº 6)	-	(24.336)
Outras (i)	(320)	(94)
Total	<u>(677)</u>	<u>(26.405)</u>

(i) Refere-se a gastos com internet, licença de *software*, viagens e outros.

16. Resultado financeiro

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	133	520
Depósitos caução	134	48
Depósitos judiciais	157	195
Outros juros e atualizações monetárias	1	2
	<u>425</u>	<u>765</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.810)	(4.807)
Provisões cíveis e trabalhistas	(957)	(902)
Outros juros e atualizações monetárias	(58)	(37)
Outras despesas financeiras	(577)	(530)
	<u>(4.402)</u>	<u>(6.276)</u>
Total	<u>(3.977)</u>	<u>(5.511)</u>

Mata Grande Transmissora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Impostos de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidas no resultado.

A Companhia optou pelo regime de caixa onde é admissível a tributação da receita bruta somente por ocasião do efetivo recebimento.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 32. Nos exercícios de 2025 e 2024, o registro foi efetuado pelo Lucro Presumido, segue a conciliação da alíquota efetiva:

	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita recebida	11.498	11.498	10.593	10.593
% de presunção	8%	12%	8%	12%
Receita - Base presumida	920	1.380	847	1.271
Receitas financeiras	405	405	619	619
Base de cálculo	1.325	1.785	1.466	1.890
Alíquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
IRPJ e CSLL apurados	(199)	(161)	(220)	(170)
Ajuste decorrente do adicional de 10% do IRPJ	(108)	-	(123)	-
Outros	-	-	25	9
Imposto de renda e contribuição social correntes	(307)	(161)	(318)	(161)
Alíquota efetiva - %	2,58%	1,35%	3,00%	1,52%

18. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados.

Mata Grande Transmissora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A administração dos riscos associados a estas operações incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxos de caixa futuros.

18.1. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

18.1.1. Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Notas	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			2025	2024	2025	2024
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Aplicações financeiras	4	Nível 2	2.541	-	2.541	-
			2.541	-	2.541	-
Custo amortizado						
Bancos conta movimento	4		285	449	285	449
Contas a receber de clientes	5		1.345	1.214	1.345	1.214
Outros créditos - partes relacionadas	8		587	587	587	587
			2.217	2.250	2.217	2.250
Total			4.758	2.250	4.758	2.250
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	7		1.187	1.187	1.187	1.187
Financiamentos	9		43.815	45.108	43.815	45.108
Licenças ambientais	11.3		635	798	635	798
Total			45.637	47.093	45.637	47.093

Mata Grande Transmissora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.1.1.1. *Ativos financeiros*

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se eles constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se eles constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

18.1.1.2. *Passivos financeiros*

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Mata Grande Transmissora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem:

- (i) derivativos;
- (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento;
- (iii) contratos de garantia financeira;
- (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e
- (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando:

- (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou
- (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente Companhia.

18.1.2. Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 46.

Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

Mata Grande Transmissora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado dos Empréstimos e financiamentos e Licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

- (i) Empréstimos e financiamentos: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;
- (ii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

18.1.2.1. *Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros*

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

Mata Grande Transmissora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício

18.2. Gestão de riscos

A Companhia possui as seguintes políticas: Código de Conduta, Política Antissuborno e Anticorrupção, Política de Relacionamento com Terceiros e Política de Condução de Investigação Interna. Além disso, implementou comitês trimestrais de Operação, ESG e Financeiro e reuniões de Conselho também trimestrais que discutem, entre outros, os assuntos de integridade dos negócios. Os Comitês e reuniões de Conselho possuem membros da investidora Actis (grupo investidor da Companhia), com sede em Londres. Os principais riscos acompanhados estão descritos a seguir:

18.2.1. Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associado ao CDI e IPCA.

Mata Grande Transmissora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.

18.2.2. Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas. Contudo, a Companhia assegura o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.

18.2.3. Análise de sensibilidade

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros. A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo da exposição	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	2.541	2.886	2.972	3.059	2.282	2.368
Financiamentos	IPCA	(43.815)	(45.682)	(46.148)	(46.615)	(42.415)	(42.882)
Exposição líquida		(41.274)	(42.796)	(43.176)	(43.556)	(40.133)	(40.514)

Mata Grande Transmissora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As curvas futuras dos indicadores financeiros estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,1% e 14,2% a.a e IPCA entre 2,1% e 4,2% a.a.

18.2.4. Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Quando necessário, a Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia estão demonstrados nas rubricas:

- (i) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e os Equivalentes de caixa correspondentes às aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa;
- (ii) Contas a receber de clientes, que corresponde à parcela da RAP mensal recebida, à medida que o serviço de operação e manutenção é prestado; e
- (iii) Ativo de contrato (nota explicativa nº 6) cujo saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ou dos usuários da linha de transmissão pela disponibilidade da mesma.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros.

18.2.5. Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Mata Grande Transmissora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's).

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com “rating” de crédito AAA. A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

18.2.6. Riscos regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL, etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, EPE, ONS etc.).

A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio.

19. Demonstrações dos fluxos de caixa

19.1. Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Aumento de capital com capitalização de mútuo	-	9.306
Total	<u>-</u>	<u>9.306</u>

Mata Grande Transmissora S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Cobertura de seguros

A Companhia mantém programa estruturado de gerenciamento de riscos, com o objetivo de identificar, avaliar e mitigar as principais exposições decorrentes de suas atividades. No âmbito desse programa, são contratadas, junto a seguradoras de primeira linha, apólices com coberturas compatíveis com a natureza, porte e complexidade de suas operações.

Os limites de cobertura são definidos com base na avaliação da Companhia, considerando a natureza dos riscos envolvidos, a experiência histórica de sinistros e a orientação de consultores especializados, sendo julgados suficientes para fazer frente a eventuais perdas relevantes sobre seus ativos e responsabilidades.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguros vigentes, com renovação prevista para maio de 2026:

	2025		2024	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	1.830	64.820	1.830	64.820
Responsabilidade civil	(n/a)	40.000	(n/a)	20.000
D&O	(n/a)	30.000	(n/a)	20.000

* * *

Daniel Eduardo Araque Prada
Diretor Financeiro

Eduardo de Brito Soares Filho
Diretor-Presidente

Vicente Pinheiro de Lima
Contador CRC: nº 1 SP 290166/O-0